

16-17  
Octubre/Octubro  
2014  
Palencia



## Territorios rurales, Agriculturas locales y Cadenas alimentarias

COLOQUIO IBÉRICO DE ESTUDIOS RURALES

*Territórios rurais, Agriculturas locais  
e Cadeias alimentares*

*COLÓQUIO IBÉRICO DE ESTUDOS RURAIS*

# X

# COOPERAÇÃO EM TEMPOS DE ESCASSEZ: O COOPERATIVISMO NOS CAMPOS DURANTE A PRIMEIRA GRANDE GUERRA

Dias, J.

IHC, FCSH-UNL

---

**RESUMO:** O estado actual dos conhecimentos sobre o movimento cooperativo em Portugal é ainda insuficiente, muito embora alguns trabalhos exploratórios venham a mitigar as teses dominantes que sublinham a incipiência das experiências de cooperação agrícola em Portugal. Esta comunicação apresenta dados empíricos até hoje desconhecidos sobre a inédita proliferação de cooperativas nos campos portugueses, durante e imediatamente após a I Grande Guerra. Com base no levantamento exaustivo dos alvarás e estatutos publicados no Diário do Governo, argumentar-se-á que estas instituições para a acção colectiva assumiram dois papéis significativos, durante um excepcional período de destabilização dos mercados de abastecimentos: apoiaram com matérias-primas, instrumentos e crédito a intensificação da exploração entre os pequenos proprietários e rendeiros e procuram canalizar os seus produtos para os mercados locais, combatendo assim a especulação e os açambarcamentos que vitimavam as comunidades rurais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra, Agricultura, Abastecimentos, Cooperativismo, Comunidades Rurais.

---

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a investigação em torno das associações e dos movimentos sociais conheceu uma verdadeira explosão. Este objecto de estudo tem vindo a ser alvo de abordagens multifacetadas e multidisciplinares. Os historiadores procuram sobretudo compreender o papel da acção colectiva no processo histórico. O período mais investigado é o da crise do liberalismo (1890-1930), quando a participação cívica se massificou, sendo destacada justamente a inédita mobilização das populações rurais durante esta conjuntura (Bermeo e Nord, 2000; Rille, 2010).

## DISCUSSÃO

Para além das tendências historiográficas que tendem a valorizar os impactos políticos da emergência da designada sociedade civil, as instituições para a acção colectiva têm

vindo a ser valorizadas na gestão de bens e recursos, sobretudo desde que Elinor Ostrom mereceu o prémio Nobel da Economia, ao desafiar a clássica tese da tragédia dos comuns (Ostrom, 2009). Esta tendência, observada desde a medievalidade (De Moor, 2008), perpetuou-se na modernidade, não deixando de ser relacionada com a resistência das populações aos ataques à propriedade colectiva (Demélas, Vivier, 2003), bem como à expansão do capitalismo nos campos (Baker, 1999).

Recentemente, Francisco Beltrán Tapia, num artigo intitulado Commons, social capital, and the emergence of agricultural cooperatives in early twentieth century Spain, defende que o movimento cooperativo desenvolveu-se essencialmente em áreas onde as pequenas e médias propriedades eram relativamente importantes e terá herdado um préexistente stock de capital social, relacionado com as instituições construídas em torno do uso e gestão partilhados de recursos. Os seus

resultados mostram que as redes sociais construídas em torno das terras comuns e comunidades de irrigação foram um elemento chave no surgimento do movimento cooperativo em áreas rurais (Tapia, 2012).

Em Portugal, a produção científica no campo da sociologia e da antropologia tem valorizado a pervivência de formas de cooperação tradicional comunitárias (Henriques, 1999). Por outro lado, uma vasta literatura, que recai à alvorada do século XX, descreve como os usos colectivos tradicionais exercidos e controlados pelas comunidades locais persistiram no Norte e Centro do País, consolidando um conjunto de costumes destinados a assegurar o usufruto pacífico de grandes propriedades, charnecas, florestas e terrenos desocupados. Esta organização baseava-se nas economias domésticas de famílias alargadas, sendo as decisões tomadas numa assembleia de chefes de família, ao ar livre. Muito embora informal, a exploração colectiva de propriedades e recursos estava rigorosamente regulamentada e fixados com precisão os direitos e deveres recíprocos (Júdice, 1908; Poinsard, 1909, *et al.*).

No âmbito da sociologia rural tem-se vindo a defender que a solidariedade informal nos campos se deve às lacunas do Estado e da sociedade civil formal (Santos, 1995). Estas teses, todavia, baseando-se na realidade recente, negligenciam a evolução do associativismo durante o período liberal, antes do impacto da ditadura, o que muito se deve às omissões da historiografia. Os principais estudos históricos dedicados ao associativismo agrícola em Portugal defendem que o Sindicalismo conservador, dominado pelos grandes proprietários fundiários e com um forte domínio do aparelho de Estado, foi o modelo predominante em Portugal, sendo a cooperação e a mutualidade formalmente organizadas praticamente inexistentes na actividade agrícola (Graça, 1999, *et al.*).

Esta comunicação pretende apresentar os resultados de uma recente investigação empírica que procurou aprofundar o estado actual dos conhecimentos sobre as instituições

para a acção colectiva que se disseminaram nos campos portugueses, desde 1890 e até à liquidação do associativismo livre, em 1933. Analisando os alvarás e estatutos das associações fundadas neste período (publicados no Diário do Governo), e considerando não só as agremiações oficialmente designadas como agrícolas mas a integralidade do multifacetado tecido associativo que se desenvolveu neste período, foi possível comprovar que, à revelia dos sindicatos agrícolas impostos pelas elites, as populações rurais fundaram e utilizaram estrategicamente associações voluntárias, adaptando-as às suas necessidades específicas.

As possibilidades abertas pela lei basilar do cooperativismo, de 2 de Julho de 1867, permitiram formalizar a acção colectiva em instituições de novo tipo e usufruir das isenções fiscais concedidas às sociedades baseadas na mutualidade. As tipologias que conheceram maior sucesso desde o último quartel do século XIX foram as cooperativas de crédito e consumo. Em contexto rural, estas instituições assumiram um carácter multifuncional, para além do crédito e do fornecimento de géneros, vendiam sementes e adubos, alugavam instrumentos e máquinas, etc.

Nas primeiras décadas do século XX, é possível identificar a forte influência do movimento associativo em expansão em contexto urbano mas também das formas de cooperação tradicional nas comunidades rurais. A gestão democrática, a pequena dimensão, o enraizamento local e os próprios objectivos, que em alguns casos incluíam a aquisição e exploração colectiva de propriedades rústicas (Cooperativa de Crédito e Consumo Agrícola e Hortícola de Lisboa, 1913, ou Auxiliadora Carvalhense dos Agricultores do Concelho de Gaia, 1914) ou recursos hídricos (Levada da Cova do Vento, 1936) evidenciam a formalização de modelos de cooperação ancestrais mas ainda vigentes.

Foi durante a Primeira Grande Guerra e nos primeiros anos do pós-guerra que o movimento cooperativo conheceu o seu período de maior expansão e disseminação, procurando

dar resposta à crescente carestia de vida. Em 1924, estimava-se a existência de cerca de 400 cooperativas (Acção Cooperativa, 3 de Junho de 1924, p1), sendo que mais de metade tinha sido fundada entre 1914 e 1920 (levantamento com base no Diário do Governo). Durante a conflagração aceleram-se dramaticamente as tendências observadas desde o virar do século. As cidades deixam de ser o palco privilegiado para a acção colectiva formalmente organizada e as funções assumidas pelas associações voluntárias ampliam-se e articulam-se.

Em praticamente todos os concelhos do País foi fundada pelo menos uma cooperativa com o objectivo principal de garantir o abastecimento de géneros de primeira necessidade a preços sustentáveis. As sociedades cooperativas previam contratar com «estranhos» mas também produzir e vender os produtos dos associados, «de forma a baratear tanto quanto possível os respectivos géneros» (vários estatutos). Foi nas regiões em que dominava a pequena propriedade que esta fórmula associativa foi mais utilizada, fornecendo às associações familiares novas ferramentas para adquirir crédito, matérias primas e instrumentos, mas também a possibilidade de escoar os seus excedentes, valorizados naquela conjuntura.

Estas associações, todavia, não se transformaram em empresas com fins puramente lucrativos. Pelo contrário, ao longo da guerra, e sobretudo nos anos que se seguiram, as cooperativas diversificaram as suas funções sociais. Os seus estatutos passaram a prever a criação de caixas de socorros, postos médicos, farmácias, bibliotecas e até escolas, procurando assumir o mesmo papel das *Maisons du Peuple* em França, das *Casas del Pueblo* em Espanha ou del *Popolo*, em Itália.

Nos anos vinte, o movimento cooperativista desempenhou ainda um relevante papel político, reivindicando a intervenção do Estado na questão dos abastecimentos. A curta vida da Federação Nacional das Cooperativas (FNC), fundada em 1920, foi marcada por uma «luta de vida ou de morte» entre as «vítimas

exploradas, escarnecidas e esfomeadas» e as «forças vivas». Organizou uma série de comícios e sessões de protesto pelo País exigindo medidas governamentais contra a carestia de vida, os açambarcamentos e as oligarquias plutocráticas, que terminou com uma grande manifestação em que participaram mais de cem mil pessoas junto ao parlamento (Acção Cooperativa, 29 de Fevereiro de 1924, p1).

Os governos do pós-guerra procuraram utilizar estas instituições como parceiras do Estado na resolução do grave problema das subsistências. Em Março de 1920, o ministro da agricultura convidou as Cooperativas e as Juntas de Paróquia de Lisboa e arredores a fazerem-se representar numa conferência com o fim de lhes pedir o auxílio para a distribuição de géneros de primeira necessidade. Em 1922, o presidente da FNC chega a ser convidado para integrar o governo, o que recusa, mas é integrado na comissão de estudo à situação económica. No ano seguinte, integra a Junta de Provisão Pública (Acção Cooperativa, 1 de Abril de 1922 e 6 de Janeiro de 1923). Em 1924, as sociedades cooperativas foram reconhecidas pelo Ministério do Trabalho como exercendo uma actividade económica de utilidade pública (Lei n.º 1633 de 17 de Julho de 1924 e Portaria de 11 de Outubro de 1924).

Muito embora a colaboração entre o Estado e o movimento cooperativo não tenha obtido os resultados esperados, a atenção governamental dada à acção colectiva na esfera dos abastecimentos comprova a importância que as cooperativas assumiram durante a guerra e no pós-guerra. O papel desempenhado pela acção colectiva na distribuição de géneros, formalmente organizada e com base na mutualidade, representou um relevante desafio ao modelo liberal, o que veio a ser reconhecido pelos poderes públicos. Esta experiência, à qual não foram estranhas as práticas de cooperação ancestrais das comunidades rurais, motivou o desenvolvimento de propostas doutrinárias como a de Charles Gide, que apresentam o cooperativismo integral como um dos modelos de organização económica e social em debate no entre-guerras.

## REFERÊNCIAS

- Baker, A. R. H. (1999): *Fraternity among the French Peasantry: sociability and voluntary associations in the loire valey, 1815-1914*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barbosa, R. T. (1930): *Modalidades e Aspectos do Cooperativismo*. [S.l : s.n.]; ( Porto : – Imp. Social)
- Bermeo, N. B., Nord, P. (coords), (2000): *On Liberalism and the Emergence of Civil Society in Portugal*. In *Civil Society Before Democracy Lessons from Nineteenth Century Europe*, Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Demélas, M. D., Vivier, N. (dir.) (2003): *Les propriétés collectives face aux attaques libérales (1750–1914): Europe occidentale et Amérique latine*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, pp. 175–194.
- Estrada, E. M. (1988): *Sindicalismo y política agraria en Europa: las organizaciones profesionales agrarias en Francia, Italia y Portugal*, Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación
- Graça, L. L (1999): *Propriedade e Agricultura: evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*, Lisboa, Conselho Económico e Social.
- Henriques, M. A. (1999): *Origens do associativismo na Beira Litoral, da tradição a modernidade*, Lisboa, Direcção geral de desenvolvimento rural.
- Júdice, A. T. (1908): *Notas sobre Portugal: Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908*. Secção Portuguesa
- Moor, T. de (2008): *The Silent Revolution: A New Perspective on the Emergence of Commons, Guilds, and Other Forms of Corporate Collective Action in Western Europe*. IRSH 53, Supplement, pp. 179–212
- Poinsard, L. (1909): *Le Portugal Inconnu. Paris, Boreaux de La Science sociale*.
- Riley, D. (2010): *The civic foundations of fascism in Europe: Italy, Spain and Romania 1870-1945*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Santos, B. S. (1995): *Sociedade-Providência ou Autoritarismo Social?*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 42 (Maio) i-vii
- Tapia, F. J. B. (2012): *Commons, social capital, and the emergence of agricultural cooperatives in early twentieth century Spain*. *European Review of Economic History* 16 (4): 511-528. doi: 10.1093/ereh/hes014